



31/10/2019

*MUNICÍPIO DO FUNDÃO*

ATA DA REUNIÃO DE 31/10/2019

**CÂMARA MUNICIPAL  
DO  
FUNDÃO**

Texto definitivo da ata n.º 16/2019 da reunião ordinária realizada no dia 31 de outubro de 2019, iniciada às 16:00 horas e concluída às 19:00.



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

### ORDEM DO DIA

### REUNIÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

**1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 15 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.**

**2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

**3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- a) Documentos Previsionais para o ano 2020;
- b) Ratificação do protocolo de cooperação celebrado entre o Município do Fundão e o Município da Covilhã;
- c) Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão, o Centro Social e Paroquial do Alcaide e a Junta de Freguesia do Alcaide;
- d) Atribuição de subsídio – Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão;
- e) Atribuição de subsídio à Associação Recreativa e Cultural do Rancho “Os Pastores do Açor” e aprovação das normas de participação e funcionamento dos expositores na “Mostra de Artes e Sabores da Maúncia 2019 – Açor”;
- f) Atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclo dos ensinos: básico, secundário e profissional do concelho do Fundão – ano letivo 2018/2019;
- g) Ação Social Escolar – comparticipação das fichas de trabalho – ano letivo 2019/2020;
- h) Classificação das Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal como Monumento de Interesse Municipal – aprovação da decisão final;
- i) Renúncia ao exercício do direito de preferência – Lote 6 do MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira – José Ribeiro Panificação e Confeitaria, Lda.;
- j) Aprovação das normas de participação no evento “Míscaros – Festival do Cogumelo 2019 – Alcaide”.

**4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:**

- a) Paula Cristina Pedro Duarte Costa de Matos – alteração de edificação destinada a estacionamento;
- b) Maria Perpétua Alves da Fonseca Mendes – legalização de alteração e ampliação de arrumos agrícolas;
- c) Isabel Sofia Calvário Correia – redução do pagamento de taxas;
- d) Leopoldo Henrique Heeren Junior – compropriedade;
- e) Lúcia Zita Dias dos Santos – compropriedade;



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

- f) Hélder Miguel Evaristo Agulha e Outra – construção de piscina associada a edificação principal;
- g) Pedro Miguel Couto da Silva – redução do pagamento de taxas;
- h) Centro Paroquial de Assistência das Donas – construção de edifício destinado a Centro Paroquial de Assistência – CATL - 30 crianças;
- i) Maria Madalena Rodrigues Rondão dos Reis Abrantes – ampliação de edificação destinada a apoio agrícola;
- j) José Pedro Salvado Bernardino – legalização de habitação unifamiliar, anexos, piscina e muro de vedação;
- k) Henrique Luís Pereira da Silva e Inês Nogueira Marques – compropriedade;
- l) Ananda Marga Pracaraka Samgha – construção de esplanada em espaço público;
- m) Maria das Dores de Melo Trigueiros Ferreira Pinto e Silva – ocupação da via pública;
- n) J3LP – Fabrico de Produtos Metálicos, Lda. – redução do valor das taxas e tarifas/preços;
- o) ICR – Imobiliária Cunha Ribeiro, S.A. – ampliação de edificação destinada a estabelecimento hoteleiro – Hotel \*\*\*\*;
- p) Adília Leal Torres Chasqueira – legalização de alteração e ampliação de unidade destinada a atividade agropecuária - Ovil;
- q) Patrícia June Mason – compropriedade.

### 5 – INFORMAÇÕES:

- a) Balancete do dia 25 de outubro de 2019.

## ATA N.º 16/2019

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade do Fundão, no “Salão Nobre” do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião pública da Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, e com as presenças do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes, Dra. Ana Paula Coelho Duarte e Eng.º Paulo Manuel Pires Águas.

A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dra. Maria Isabel Carvalho Campos.



31/10/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

### **1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 15**

Foi apresentada à Câmara a ata da reunião ordinária realizada no dia dezoito de outubro do corrente ano, já do conhecimento de todos os membros do executivo.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse que não se importava de aprovar a ata, mas que gostaria previamente de rever parte da sua intervenção.

O Senhor Presidente disse que a ata ficaria aprovada, e que o Senhor Vereador podia enviar as devidas alterações diretamente para os serviços, que dariam conhecimento das mesmas ao restante executivo. “A ata fica aprovada hoje com essas correções ou acrescentos que o Senhor Vereador considera adequados, para melhor demonstrar aquilo que pretendia referir nas suas intervenções”.

Submetida a votação pelo Senhor Presidente, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada nos termos da lei

### **2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento da assinatura, na freguesia do Alcaide, no dia 26 de outubro, de um Protocolo com o Centro Social e Paroquial do Alcaide e a Junta de Freguesia, conforme já tinha aludido na reunião anterior.

Disse que igualmente tinha sido assinado um Protocolo com a Universidade de Salamanca, “protocolo muito relevante que abre duas ou três áreas de cooperação em facetas que o Município do Fundão tem estado a apostar: uma que tem a ver com o diálogo intercultural, mais ligada às vertentes da Antropologia e da Sociologia, que tem feito alguns trabalhos de terreno mais na vertente cultural, sobretudo do património imaterial; a segunda vertente tem a ver com o Centro Experimental de Investigação na área agrícola, uma área em que vamos trabalhar fortemente e que estamos a desenvolver na ligação entre a agricultura e a parte tecnológica, e a terceira vertente, tem a ver com a componente da mobilidade. Obviamente que temos as nossas incubadoras, os nossos projetos de requalificação de talento, e pretendemos que esses projetos também se abram à comunidade estudantil, e àquilo que é o ecossistema empreendedor de Salamanca, por isso iremos trabalhar para desenvolver ações concretas de reciprocidade entre a agenda da inovação e empreendedorismo que aqui possam ser atendidas como se de uma startup local ou nacional, se tratasse, e simultaneamente procurar que os nossos agentes, os nossos talentos e as nossas startups também possam ter acesso a esse mercado e a essas valências de apoio, de forma a reforçar a sua capacitação. São essas as três vertentes onde nos focamos, também convidamos o Senhor Reitor da Universidade de Salamanca, que aceitou visitar o nosso concelho, e em contrapartida, aceitei fazer um conjunto de ações no próximo ano,



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

num espaço que hoje estivemos a falar na CCDR, enquanto responsável na área da RIS3 na área da inovação territorial, na preparação do próximo quadro 2030, que é trabalharmos mais, não só em parceria ou em projetos comuns, mas criar e construir dentro do que é o espaço comum transfronteiriço, e olharmos para estas regiões como regiões pertencentes a um mesmo território de oportunidades, de partilha de boas práticas e procurarmos construir programas e ações que ajudem estes territórios de baixa densidade”.

Continuando, referiu que Festival Literário da Gardunha, este ano dedicado à questão das migrações, tinha decorrido de forma bastante relevante do ponto de vista das participações a nível dos escritores, que contou com a presença de jornalistas de vários quadrantes, que deu uma grande força ao evento, terminando com um concerto de música de jazz no Octógono.

Prosseguindo, deu ainda conhecimento de algumas inaugurações efetuadas na freguesia da Fatela, onde também decorreu um evento de cariz um pouco diferente dos que têm acontecido na região, um “festival de música punk-rock”, que teve como promotor o vocalista e líder de um grupo muito conhecido, sobretudo na década de noventa, os “Mata Ratos”, que escolheu viver no concelho do Fundão.

Referiu-se também à inauguração da requalificação das instalações da Sede do Grupo Desportivo e Cultural de Alcongosta, que contou com o apoio financeiro por parte do Município do Fundão.

Continuando a sua intervenção, referiu-se à realização, nos dias 1, 2 e 3 de novembro, do “Magusto da Fatela”; nos dias 10 e 11 do mesmo mês ao evento “Mostra de Artes e Sabores da Maúncia 2019 – Açor”. Aproveitou para dar conhecimento do término das obras de requalificação da estrada que liga o Alto do Açor ao Açor, “uma das estradas que tínhamos definido como prioritárias para este ano, no âmbito do Plano de Intervenção das Vias. Outras obras estão também já em vias de conclusão, nomeadamente na sinalética horizontal. Culminamos o alcatroamento da intervenção, que tínhamos declarado talvez a mais prioritária deste mandato, que era a melhoria da entrada Norte da Cidade do Fundão, assim como, a entrada Oeste da cidade, nomeadamente, Fundão-Souto da Casa”.

O Senhor Presidente deu ainda conhecimento, que o Município do Fundão, na edição deste ano da Web Summit que terá lugar entre os dias 4 e 7 de novembro, participará como parceiro e expositor, onde terá uma larga lista de contactos de empresas de natureza mais tecnológica, e que será um espaço para as empresas que estão no concelho poderem promover as suas ações, os seus produtos, as suas ideias, no maior evento nacional e mundial, nesta área.



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Deixou ainda uma nota de felicitação à empresa ReadinessIT, instalada na Moagem, reconhecida como uma das dez melhores empresas do mundo no segmento de transformação digital, pela Revista Internacional APAC CIO Outlook. “Das trezentas pessoas que têm pelo mundo, cerca de cento e vinte já trabalham a partir do Fundão. É sempre bom que qualquer empresa que esteja sediada no Fundão ou na região, consiga este tipo de reconhecimento”.

Antes de terminar a sua intervenção, deixou um voto de pesar pela morte de três pessoas em Aldeia de Joanes, um casal jovem e uma criança de dez anos de idade, de forma trágica, ao que tudo indica provocado por uma fuga de gás de um esquentador. “Um acontecimento dos mais trágicos que temos vividos no últimos anos no concelho, em termos de perdas de vidas humanas”.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção dando conhecimento que tinha participado num Colóquio Internacional que decorreu na Freguesia do Ferro, concelho da Covilhã, ligado aos desafios dos Caminhos de Santiago, que atravessam também o concelho do Fundão. “Teve uma participação muito interessante, designadamente a Federação Portuguesa do Caminhos de Santiago, de que o Fundão também faz parte, de facto temos um troço que nos une aqui na Cova da Beira, é um desafio não apenas no plano mais espiritual, a forma como é utilizado, mas sobretudo, o desafio do turismo que está ligado hoje há travessia dos Caminhos de Santiago, e que no caso em particular do Fundão, se cruza não só o Caminho de Santiago, como também o Caminho de Fátima. Foi um colóquio muito interessante, onde esteve também o Senhor Bispo, a Câmara Municipal da Covilhã, e alguns atores e intervenientes também do nosso território”.

Prosseguindo, e relativamente ao problema que tem surgido no Rio Zêzere disse que era “um assunto que temos vindo a acompanhar há muitos meses, que por três vezes foram feitas análises no Rio Zêzere, e não foi possível ainda detetar a proveniência exata da origem daquilo que está a contaminar as águas do Rio Zêzere. Esta última e terceira avaliação e análises que foram feitas, têm todos os parâmetros abaixo daquilo que são os limites legais, portanto, não existe nenhum perigo para a saúde pública naquelas águas, estamos a falar de oxidabilidade, azoto e ph, portanto todos muito inferiores do ponto de vista até da análise da água da oxidação, estamos a falar de valores muito inferiores àqueles que são exigidos na qualidade para a água de consumo humano, mas imagino que não haja ninguém que esteja a pensar consumir a água diretamente do Rio Zêzere, apesar de umas coisas que temos ouvido. Deixar esta nota de esclarecimento, expressando também aquilo que tem sido o esforço do Município do Fundão



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

para encontrar respostas, muito embora, o Município do Fundão não seja o Ministério do Ambiente, e caberá naturalmente à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, essa responsabilidade de tornar público, até demonstrar as diligências que fez, apesar de nós já termos ido diversas vezes ao local, de já termos ido inclusivamente com a APA ao local, muito recentemente foi levantado um auto de contraordenação em sintonia com a APA e com a GNR, às ALVT por descargas ilícitas de saneamento na linha de água, e que será talvez uma das fontes de contaminação dessas águas, mas por aquilo que foi possível verificar no local com essa visita que fizemos, é que, muito provavelmente, estaremos a falar de vários focos. Aquilo que podemos retransmitir perante a informação que foi prestada pela APA ao Município do Fundão, é que estamos a falar de águas que não oferecem perigo para a saúde pública. Eu acho que esse é um esclarecimento que é devido publicamente apesar de não ser da responsabilidade do Município do Fundão, pedimos inclusivamente, que a Junta de Freguesia da Barroca, que é onde no fundo onde se verifica maior concentração dessa espuma, que fosse informada sempre que houvesse diligências sobre essa matéria”.

Continuando a sua intervenção, disse que também “queria dar uma nota sobre uma entrevista enfadonha que ouvi recentemente, que tinha um conjunto de generalidades e de feelings, porque entra em certa medida, num campo que é inultrapassável. Nós temos obviamente direito a termos as nossas opiniões, a criticar as posições que acharmos entender, mas não temos direito a caluniar, e portanto, aquilo que eu ouvi da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, candidata e deputada, é que supostamente o Vice-presidente da Câmara Municipal do Fundão e Presidente da Concelhia do PSD não gostava dos silvarenses. Eu queria dizer à Senhora Vereadora, que nos últimos anos, e provavelmente na história de sempre de Silvares, nunca houve uma Câmara Municipal que investisse tanto em Silvares como esta Câmara e as Câmaras anteriores. E posso falar na intervenção que foi feita na Avenida do Brasil, nos passeios, no muro da entrada de Silvares, no Campo do Cruzeiro, na Piscina do Grupo Desportivo, na Sede da Junta de Freguesia, na requalificação do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, na Estrada do Cabeço do Pião, na Pousada da Mina, no Bairro Chinês, na Estrada do Barco, no Posto de Saúde e posso falar em muitas outras coisas. E de facto, aquilo que a Senhora Vereadora fez, é algo completamente inaceitável, que a Senhora Vereadora insinuou que eu não gostaria dos silvarenses, não gostaria de Silvares, supostamente porque no plano eleitoral esta maioria não ganhou a Junta de Freguesia, vejam bem que isso alterava o sentimento que teria com Silvares, nesse caso, a Senhora Vereadora estaria contra dezanove freguesias, das vinte e três do concelho do Fundão. Queria que ficasse muito claro que eu repudio totalmente aquilo



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

que a Senhora Vereadora fez, e sei que o anda a retransmitir também na freguesia de Silvares, e acho que a Senhora Vereadora deve um pedido de desculpas aos fundanenses de uma forma geral, e até aos silvarenses, porque quando nós estamos no exercício de funções, não estamos individualmente, estamos a utilizar os recursos que são públicos, e essas opções cabem-nos a nós, portanto, aquilo que a Senhora Vereadora fez, foi também desprezar as opções deste município, desta maioria, onde eu me incluo. Gostaria de sublinhar aqui, talvez o melhor exemplo, de que é de facto um grande erro aquilo que a Senhora Vereadora fez, que na última reunião de câmara, termos trazido quase noventa por cento do investimento para adquirir um terreno encostado à Sede da junta de freguesia de Silvares, para resolver um problema de décadas que existia naquela freguesia, e que o Município do Fundão vai suportar em quarenta mil euros. Portanto, gostaria que a Senhora Vereadora se retratasse relativamente a isso, porque a crítica que foi sempre feita relativamente a Silvares, é que a Senhora Vereadora, do ponto de vista de visão, ou eventualmente da falta de visão, fica sempre por Silvares. A Senhora foi eleita Vereadora do concelho do Fundão e a sua agenda normalmente está ligada a Silvares”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira.

Cumprimentou todos os presentes.

Deu conta que o Conselho Municipal de Educação tinha reunido para debater o ponto de situação relativamente à abertura do ano letivo, que, há semelhança dos anos anteriores, tinha decorrido sem nada de importante a assinalar. Disse que da Ordem de Trabalhos constava o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, em que foram discutidas as iniciativas previstas neste âmbito, e também a constituição do Plano Municipal de Intervenção Integrada, que entretanto já reuniu, e que se trata de uma organização conjunta de equipas multidisciplinares dos Agrupamentos de Escolas, do Externato Capitão Santiago de Carvalho, da Escola Profissional, e dos recursos humanos da Câmara Municipal do Fundão, que têm como objetivo fazer o levantamento das necessidades de cada estabelecimento de ensino ao nível dos recursos humanos para dar resposta às carências, de acordo com as características dos alunos e das necessidades de intervenção. Para além da equipa de psicólogos que já estão a trabalhar em conjunto, no âmbito da troca de experiência, até na abordagem das situações dos alunos, disse que “outras equipas também se irão juntar, nomeadamente na área da terapia da fala, que de facto é bastante necessário, também na área da psicoterapia ou psicomotricidade, e que por haver poucas pessoas formadas nessa área estamos com algumas dificuldades em encontrar técnicos, mas creio que iremos substituir por profissionais da área da fisioterapia, que é o mais adequado possível às necessidades. Também no âmbito deste Plano, delineamos um conjunto de



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

iniciativas para trabalharmos com a família, que decorre também da abordagem que foi feita no Conselho Municipal de Educação, por parte de alguns Diretores que estavam presentes. Também relacionado com a indisciplina e o absentismo de alguns alunos, iremos procurar estratégias conjuntas para de alguma forma colmatar toda esta problemática. Apresentamos também os projetos mais relevantes que iremos desenvolver ao longo do ano, nomeadamente o Projeto “Semente” já exibido aquando da sessão solene de abertura do ano letivo na Moagem, um projeto orientado para a formação de auxiliares que trabalham com crianças com necessidades educativas especiais, e do qual resultou num livro/caderno muito interessante, e que irá ter continuidade com outros cadernos, o que poderá ser uma boa prática para darmos continuidade a este trabalho. Foi solicitado ao Ministério da Educação, recursos para acompanhamento dessas crianças, neste momento estão três crianças referenciadas, mas apenas a uma delas o Ministério da Educação está disposto a fazer um acordo para a colocação de um auxiliar e estamos já a realizar o respetivo protocolo. Dizer ainda que não tivemos qualquer resposta ou acordo que deveríamos ter celebrado no ano letivo anterior, relativamente ao pré-escolar, e que envolve várias questões, nomeadamente refeições escolares, a componente de apoio à família. Também ainda não assinamos o protocolo deste ano letivo, apesar de já estar admitido na plataforma”.

Prosseguindo a sua intervenção, disse que tinha sido feito o ponto de situação, relativamente à descentralização de competências. “Já tinha sido apresentada a primeira proposta no Conselho Municipal de Educação, e posteriormente a contraproposta que nós realizamos, e agora foi novamente referido porque é que não aceitamos a transferência de competência para o ano de dois mil e vinte, atendendo que tínhamos apenas um mês para dar essa resposta. Referir também um dado que acho que é relevante, em dois mil e dezanove apenas sessenta e seis câmaras aceitaram a transferência de competências, e para o ano de dois mil e vinte, cem, que aceitam essas competências, ou seja, menos de metade”.

Referiu ainda que “pela primeira vez em alguns anos, aumentamos o número de alunos. No cômputo geral, perdemos todos os anos cerca de cem, este ano temos quatro alunos a mais, o que é bem significativo para nós, porque já é algo que vai inverter esta tendência que estávamos a ter nos últimos anos”.

Terminou a sua intervenção dando conhecimento do falecimento da filha de Cunha Leal, que sempre se disponibilizou para facultar documentos e fotos para depositar na “Casa Cunha Leal” na freguesia do Alcaide.



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

No seguimento desta intervenção, o Senhor Presidente lembrou “a relevância que tem o património da pessoa ilustre que representou Cunha Leal no Século XX, no nosso concelho e País, e também aquilo que têm sido as relações muito profícuas com os vários membros da família, mas com a Senhora Maria Helena Cunha Leal, uma relação talvez de maior proximidade. Dar essa nota de pesar à família e obviamente manifestar sempre toda a disponibilidade do município para valorizar a memória de um dos cidadãos mais ilustres que alguma vez este concelho teve.

Usou da palavra o Senhor Vereador Eng.º Paulo Águas.

Cumprimentou todos os presentes.

Deu conhecimento, que a convite da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a câmara municipal do Fundão enquanto líder dos processos de cadeias curtas agroalimentares, juntamente com as câmaras municipais de Torres Vedras e Mértola, esteve presente no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, e que tinha sido extremamente interessante “porque verificamos que grande parte das decisões que nós estamos a tomar neste sentido são comuns nos outros concelhos, Mértola bastante mais atrasada que nós neste capítulo, e Torres Vedras já com algum trabalho feito bem mais à frente. Isto mostra-nos que a Lei 34/2019, que já deveria ter sido promulgada e não foi, nos permitirá nos concursos de aquisição para as nossas cantinas, podermos dar bonificação aos produtores locais e à agricultura biológica e podermos também dar bonificação a fatores que normalmente não eram considerados. Por coincidência, pela conversa anterior, a escola-piloto é a de Silves”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Relativamente à questão do Rio Zêzere disse que, “numa reunião que tivemos também em conjunto com a APA, que teve como consequência uma visita ao campo durante esse dia, e uma das coisas que foi pedido diretamente pelo município, é que se seguisse uma linha de pensamento, que é a possibilidade de haver, não um foco, mas um conjunto de focos, que perante a diminuição do caudal do rio possa ter provocado a saturação, e como tal, pedimos, e a APA efetivamente referenciou que o iria fazer. Podemos chamar um plano de verificação e avaliação, que é aquilo que o Senhor Vice-presidente há pouco mencionou, mas vai haver mesmo um trabalho sistémico de todas as possíveis fontes deste problema, nomeadamente as ETAR's de ambas as margens do Rio, do lado do concelho do Fundão e do lado do concelho da Covilhã, eventualmente até um pouco mais a montante, que poderá ter alguma ligação também ao concelho de Belmonte, para se fazer todo esse trabalho de verificação e de funcionamento.



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Alguns das informações dadas pelo Senhor Vice-presidente foram transmitidas hoje pela coordenadora da APA da Divisão de Castelo Branco”.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conhecimento que na última reunião da “Definição das Estratégias de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3)”, relativamente às questões para o próximo programa de programação, tinha proposto que “houvesse uma equipa específica, como vai haver noutras áreas de trabalho, uma para a componente que denominei de águas doces, porque vai haver planos específicos para a zona costeira, obviamente muito relevante, mas todas as bacias hídricas, as mais relevantes que a região centro tem, é de facto uma questão importantíssima, e tem que ter equipas dedicadas e programas de médio/longo prazo, se possível, alavancados pelo financiamento comunitário. Nesse sentido fiz essa proposta que na questão da água haja de facto um trabalho específico só para tratar das questões da água na região centro, do ponto de vista dos rios”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção deste modo. “Fazemos dois anos de mandato, e há duas questões que pensamos que é oportuno levantar mais uma vez neste Órgão, que á questão do Cine Teatro e quando é que começam as obras. Estamos a meio do mandato, e pelo que percebo dos documentos que iremos analisar e apreciar no ponto seguinte, não é algo que seja concretizável em dois mil e vinte. A outra questão que eu gostaria que o Senhor Presidente nos desse nota, é a questão da dívida às Águas. Esse dossiê há muito que não é trazido aqui, e era esse o esclarecimento que eu gostava de solicitar. Outro assunto que gostaríamos de esclarecer, e voltando à descentralização, neste caso, a saúde, era perceber, se a nossa não-aceitação, impediu que fosse vedado ao Município do Fundão o acesso ao Fundo Ambiental, mais concretamente a um Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na administração pública, que foi aberto aquando deste processo e fechou no dia trinta de setembro, que era um apoio exclusivamente dado aos municípios que aceitassem esta descentralização e que visava um financiamento para os municípios na aquisição de veículos elétricos afetos às unidades funcionais. Não sei se o Fundão ficou fora desta questão, também por não ter aceitado e não ter sido, o ponta de lança na aceitação desta competência, neste caso, na saúde. Estas eram as questões de interesse municipal que lhe queria colocar. A outra, e porque fui interpelada para o fazer, e de uma forma muito sintética, eu já respondi ao Senhor Vice-presidente do município acerca da questão que muitas vezes ele coloca de uma forma jocosa e afrontosa à minha pessoa, várias vezes neste executivo. A verdade é que eu já lhe respondi, já disse o que tinha a dizer sobre esta matéria, e



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

deixe-me dizer o seguinte: mal seria, que nestes anos de executivo PSD, não tivessem sido realizadas as obras que mencionou na freguesia de Silves, mal seria, que não tivessem tido em conta aquele Pólo, que é para a Zona do Pinhal, aquela freguesia. Como não posso deixar de o dizer, houve outros investimentos que ficaram por terra, como foi a questão do Projeto Rio, houve outros que ficaram muito tempo, demasiado tempo, e quiçá não foram capazes de fazer aquilo que lhes competia que era um investimento que andou dezoito anos para ser construído, que foi o Parque Industrial de Silves. Eu gostava que o Senhor Vice-presidente saudasse da mesma forma que o saudou na anterior reunião, porque já estávamos fora de tempo, a forma como se refere à freguesia, tínhamos dois investimentos que o município, e bem, apoiou, um para a freguesia de Silves e outro para a freguesia da Barroca. O Senhor Vice-presidente insiste, com um ar e a forma como o faz, é que é de si jocosa, e que sim, deveria ser o Senhor Vice-presidente a penalizar-se por isso. Em relação a esta questão, termino pedindo-lhe e desafiando-o a fazer um documento para que nos demonstre, aos Vereadores do PS e ao concelho do Fundão em geral, qual é que foi o investimento por habitante, por freguesia, ao longo deste mandato. Este é o desafio que lhe deixo, sendo que, perante este desafio, também sei que não respondeu a outras perguntas que lhe coloquei, porque provavelmente não saberia mesmo onde estava”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente.

Respondeu à Senhora Vereadora Dra. Joana Bento desta forma: “Agradeço a sua falta de precisão nas perguntas que lhe coloquei, mas queria dizer que nós ouvimos enfadados a sua entrevista, e reparamos que nessa entrevista a Senhora Vereadora acusou de eleitoralismo a câmara, que fazia obras ou anunciava obras em cima das eleições e que posteriormente as concluía em cima também das eleições, uma delas foi a Unidade de Medicina Nuclear, que está em concurso público, e que já estaria publicado na altura o aviso em diário da república, mas a Senhora Vereadora, sem se informar, foi dizer que a câmara municipal era eleitoralista porque fazia obras em cima das eleições. Relativamente às intervenções que foram feitas em Silves, decorreram de uma opção política desta câmara e das câmaras anteriores, se essas obras fossem tão boas para Silves, por que razão, não foram executadas nos mandatos anteriores. O compromisso com Silves, de executar o Loteamento do Souto, foi executado, e portanto, é mais uma obra que foi um compromisso desta câmara e que foi executado, agora a Senhora Vereadora não sei que compromissos lá estabeleceu, até porque a Senhora Vereadora referiu que a grande motivação dessa história que conta que eu não gosto de Silves, até porque eu tenho muitos e bons amigos na freguesia de Silves, é que teria a ver com os resultados



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

eleitorais, mas que eu me recorde, a Senhora Vereadora quando foi candidata à Junta de Freguesia de Silvares, não ganhou”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio para dizer que não tinha mais nada a acrescentar ao Senhor Vice-presidente, nem ao Presidente da Concelhia do PSD.

Neste seguimento, o Senhor Vice-presidente interveio e disse: “relativamente às pseudo-questões que tinha levantado numa notícia que também foi pública, relativamente onde é que eu estaria em dois mil e dez, dois mil e onze e dois mil e dezassete, eu estava aqui, exatamente com a mesma posição, e a pergunta que lhe foi colocada a si, onde é que estará a sua coerência relativamente àquilo que sempre defendeu e àquilo que o Governo defende, e se o lítio é um bom exemplo para verificarmos a sua coerência, porventura as portagens também serão um bom exemplo para sublinhar aquilo que vai ser a sua coerência seguramente nos próximos quatro anos ou dois, porque nós não sabemos se, entretanto como está de passagem pelos mandatos, se for eleita como é, candidata à câmara, não sabemos se vai continuar como deputada ou se abdica do lugar de Presidente da Câmara quando for eleita, porque também já sabe que isso vai acontecer e que será um caminho muito fácil, mas o que estava em causa era a Senhora Vereadora responder onde é que está a sua coerência, não é onde é que está a minha, porque a minha, a Senhora Vereadora nem sequer sabe a minha opinião relativamente à exploração do lítio, essa é uma grande diferença relativamente às afirmações vagas que se colocam no ar”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento disse que já tinha respondido no sítio próprio, “quando me foi dada a oportunidade para o contraditório eu respondi, e portanto não tenho mais nada a acrescentar em relação a isso. O meu trabalho aqui é de Vereadora da oposição, e a questão da fiscalização aqui, é à maioria do executivo, que sou eu e o Senhor Vereador Sérgio Mendes que a teremos que fazer”.

O Senhor Vice-presidente usou novamente da palavra para dizer: “só uma questão. É que na política também há linhas vermelhas, e a Senhora Vereadora pisou o risco vermelho nas afirmações que fez. Pode criticar aquilo que quiser relativamente às minhas opções, se esta câmara fez bem, se eu fiz mal, se fiz bem, aquilo que aconteceu, a Senhora Vereadora tem toda a legitimidade de pôr em causa, mas aquilo que a Senhora Vereadora fez, foi passar os limites, porque insinuou que eu não gostaria dos silvarenses. Isso é inadmissível, e é devido, como é evidente, um pedido de desculpas da Senhora Vereadora aos fundanenses, e também aos silvarenses.

Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira para dar conta da iniciativa “3ª Idade em Movimento” levada a cabo pelo Município do Fundão no dia 28 de



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

outubro no Pavilhão Multiusos do Fundão, em que se assinalou o Dia Mundial da Terceira Idade. Disse que este evento tinha sido constituído fundamentalmente por um conjunto de atividades desportivas combinadas com estimulação cognitiva que visam promover a saúde e bem-estar para os idosos, nomeadamente o *Memo-Move* (circuito de exercício físico com estimulação cognitiva). Lembrou os projetos que esta câmara municipal está a desenvolver na área da saúde, “*Brain on Track*” e “*Cogweb*”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Sobre a questão das Águas do Zêzere e Côa, disse que “não há ainda um acordo global relativamente a este assunto, mantemos sempre abertura para as negociações. Há obviamente um conjunto de litígios de parte a parte sobre os quais também aguardamos as diferentes tomadas de posição do tribunais e ações que estão a ser desenvolvidas. Tivemos algumas reuniões ainda com o anterior Secretário de Estado para procurar uma saída negociada para este processo, mas ainda não foi possível. Relativamente ao Cine Teatro, estamos muito próximos de lançar o concurso público (dentro das próximas três ou quatro semanas). É obviamente uma intervenção, que pela projeção que fazemos do seu custo e durabilidade, que mesmo as verbas que possam vir a ser definidas, projetámos uma lógica plurianual, e por isso quando refere que dificilmente a obra estará feita em dois mil e vinte, tem razão, porque, na melhor das hipóteses se o concurso público for publicado em novembro, no mês de fevereiro ou março estará adjudicada, o que pode significar o começo das obras no início da primavera. Uma obra desta natureza no mínimo terá quinze ou dezasseis meses de execução, obviamente ainda não consigo dizer qual é o cronograma, porque o caderno de encargos está em fase de conclusão e onde irá constar o prazo de obra, mas que deverá apontar para ano, ano e meio de intervenção, e desse ponto de vista creio que estaremos também em condições, neste mandato, de dar uma grande satisfação a toda a nossa comunidade, não só pelo que equivale esse equipamento, mas sobretudo pelo que vale em termos de valor simbólico para todos nós”.

Sobre a questão da medicina nuclear, disse o seguinte: “não ouvi o que a Senhora Vereadora referenciou na entrevista que o Senhor Vice-presidente aqui trouxe, mas dizer que na última reunião de câmara referenciei que iria sair o concurso, para a parte da obra de construção civil é um valor já de alguma dimensão, trezentos e quarenta mil euros que está neste momento em concurso, evidentemente vão aparecer mais concursos ao longo dos próximos meses, mas o mais relevante é seguramente a parte dos equipamentos. Tive várias reuniões com o Centro Hospitalar da Cova da Beira para acertarmos alguns pormenores, e tenho estado em contacto com a Presidente da ARS de Coimbra também para acertar pormenores administrativos do



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

processo, e diria, de certeza absoluta, que entre o final deste ano e princípio do próximo esta obra estará adjudicada. Temos também ao mesmo tempo uma candidatura no âmbito do Programa – Centro 2020 relativamente a esta intervenção, que aguardamos que nos próximos tempos possa ser aprovada com uma taxa de financiamento de cerca de oitenta e cinco por cento a fundo perdido”.

Prosseguindo a sua intervenção disse: “relativamente à questão das obras mais ou menos eleitoralistas, partindo do pressuposto que se estavam a referir às eleições autárquicas e não às legislativas, acho que todos reconhecemos que neste momento tivemos outra vez uma fase de intervenções que não são menores, ou seja, são intervenções de alguma dimensão, que estão a decorrer do ponto de vista de investimento público no nosso município. Referi aqui algumas estruturais do ponto de vista de vias de comunicação, as obras no Parque Escolar, uma enorme intervenção que está a ser desenvolvida com um bom ritmo de execução e que está a cumprir o cronograma, o que significa que na próxima primavera ou verão as obras estarão concluídas. Algumas intervenções que fizemos em parceria com outras entidades, do ponto de vista do nosso programa, tínhamos definido algumas prioridades em termos de intervenção, por exemplo, de equipamentos sociais, as intervenções mais prioritárias uma delas era o Lar Residencial da APPACDM, que está praticamente pronto, outras intervenções, do ponto de vista de equipamentos de Lar, era culminar nos últimos dois anos, os Lares de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo, estão terminados e ao serviço da população, o Lar do Alcaide, que espero que durante este mandato possa estar muito avançado senão mesmo a terminar. A requalificação do Centro Infantil das Donas, que era também uma das intervenções que tínhamos estruturado, até pela natureza do próprio espaço, estão também a avançar a um bom ritmo depois de concertadas com a Junta de Freguesia, e que irei visitar nos próximos dias. Relativamente a esta solução, iremos também apoiar com um valor equiparado a sensivelmente quarenta a cinquenta mil euros, porque a adaptação daquele espaço ainda vai apontar para um investimento global de cerca de setenta mil euros por parte da IPSS que lhe dá suporte”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção, desta forma: “na semana passada não o fiz, porque oficialmente ainda não tinha tomado posse, é o momento, eu tenho que dar os parabéns, e não foi combinado, aliás a minha colega nem sabe o que tenho aqui, tenho que dar os parabéns à Dra. Joana Bento por ter tomado posse como deputada. Quero aqui valorizar que é um sinal de rejuvenescimento da classe política na região, e tenho que valorizar o seu percurso trilhado, até



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

porque teve que enfrentar vários estereótipos e preconceitos ao longo dos últimos tempos. Foi acusada de falta de experiência, foi acusada de ser muito jovem, houve questões relacionadas com o género e até com a origem geográfica, e o que é certo, é que é a primeira fundanense a tomar posse como Deputada da Nação. Relativamente ao futuro, espero o que sempre esperei, que tenha um papel ativo no debate e na resolução de questões nacionais, algumas delas, também relacionadas com a realidade local, falo de questões ambientais, da mobilidade e da habitação. Aproveito, já que estamos a falar de deputados da região, para fazer um lamento. Tenho que lamentar o sentido de voto do eurodeputado eleito pelo PSD, Álvaro Amaro, que recentemente votou contra uma resolução sem valor vinculativo que instava os estados membros a reforçar as operações de busca e salvamento no mediterrâneo, noto que esta resolução foi chumbada por dois votos. Esta posição envergonha todo e qualquer beirão que sabe bem as dificuldades decorrentes de um ato migratório, mas relativamente a este eleito já nada nos surpreende uma vez que estamos a falar de alguém que manifestou recentemente a sua oposição à criação de uma região da Beira Interior, com o argumento de que esta região é pobre. Estamos a falar de um dos dirigentes políticos do PSD da região da Beira com mais responsabilidades nacionais, e que foram eleitos com o apoio das estruturas do PSD local. Relativamente à questão das entrevistas, tenho a dizer que também tenho o hábito de ouvir as entrevistas na Rádio Cova da Beira, só que eu tenho o cuidado de as ouvir até ao fim, e a minha colega soube responder à questão do lítio, por isso eu compreendo que seja enfadonho, principalmente para quem não ouve até ao fim. Neste aspeto, também ouvi uma das últimas entrevistas do Senhor Vice-presidente, e tenho-lhe a dizer que valorizo a sua postura e a sua sinceridade. Quando se candidatou à liderança do PSD reconheceu algum afastamento dos cidadãos da participação política. As suas palavras foram extraordinárias, quando diz que um dos seus objetivos era promover a proximidade que temos ao projeto autárquico para seduzir mais militantes. Vou agora fazer uma ponte para as palavras do Senhor Presidente. Temos que ter muito cuidado, nem todas as pessoas têm filtro, e quem não entender estas palavras como deveriam ser entendidas, pode subentender que há aqui uma promoção do clientelismo, estamos na autarquia, portanto é uma excelente oportunidade de atrair militantes, como se a autarquia fosse um meio e não um fim. Tenho agora questões mais do foro prático. Eu sei que o Senhor Vice-presidente acompanha de perto os problemas, há duas semanas, na última reunião de câmara, eu alertei para o facto de Aldeia Nova do Cabo ter estado vinte e quatro horas sem água e dos populares não terem qualquer tipo de informação. Gostaria de saber o que é que foi feito desde então”.



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/10/2019

O Senhor Presidente interveio para dizer o seguinte: “o Município do Fundão é dos locais, onde a questão associada a tudo o que é a temática de refugiados, migrantes, inclusão, é seguramente mais aprofundada, e onde há o maior respeito em todas as suas instâncias. O município não é só uma câmara municipal, o município é seguramente uma câmara municipal, é nos seus órgãos próprios, é obviamente também na sociedade civil, nas suas organizações, e é seguramente, em todas estruturas as partidárias locais, não levará a mal que até começando por aquela estrutura que dá suporte maior do ponto de vista político-partidário àquela que é a maioria deste executivo. Não sei se o faz por habilidade, se o fez por precipitação, mas não é admissível de maneira nenhuma, que faça qualquer conexão entre aquilo que aconteceu numa instância europeia, que obviamente lhe garanto que não revejo perante os dados que tenho, apesar de também já ter lido algumas outras explicações sobre a questão que podem trazer alguma luz relativamente ao que foi a tomada de posição em concreto, mas, qualquer posição que tome a União Europeia, que não tenha em conta aquilo que é o drama diário relativamente às questões que se passam neste *Mar Nostrum* do mediterrâneo, que era o mar da civilização, e que hoje diria, que de civilização, tem muito pouco, seguramente, terá aqui sempre, uma linha de não-aceitação, de que é este caminho coerente e sensível, a tudo aquilo que hoje temos a mais e que já ganhamos muito pelo facto de sermos terra de bom acolhimento. Damos muito enquanto comunidade no acolhimento, mas já ganhamos muito mais enquanto comunidade, também pelo facto de termos cá essas pessoas. Por isso, é absolutamente inadmissível, e espero que ainda no âmbito desta reunião o Senhor Vereador explicita essa questão de outra maneira, porque eu não posso admitir isso. Não conheço nenhum facto relativamente ao Partido Socialista, que me leve a fazer qualquer cruzamento de intervenções, que me diga que não estão a cem por cento com o processo dos refugiados, como eu não conheço nenhum facto, muito pelo contrário, daquilo que é a linha um pouco mais de proximidade relativamente ao projeto político que aqui temos, que não fosse um apoio total e inequívoco, sobretudo na altura mais difícil, há sensivelmente um ano atrás. Peço que o Senhor Vereador Professor Sérgio Mendes possa eventualmente disciplinar um pouco essa linha de cruzamento que aqui trouxe”.

Sobre a questão da falta de água em Aldeia Nova do Cabo, o Senhor Presidente disse que o Senhor Vice-presidente daria alguma informação sobre o assunto.

O Senhor Presidente, e ainda sobre a intervenção do Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes, acrescentou o seguinte: “e para que conste, e que não fique qualquer dúvida, foi absolutamente inequívoco de todos os membros deste executivo, a questão de felicitar a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento como Deputada da Assembleia da República. Também é importante



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/10/2019

referenciar, que todos nós temos, do ponto de vista das instituições, uma vida política local muitíssimo adequada, e temos que ter pelo menos uma sensação de algum bem-estar relativamente ao funcionamento das instituições e do relacionamento que temos entre nós, e até ao nível da dita democracia local. Sinceramente acho que estamos num caminho que também é o caminho da correção, da construção e do respeito e de sermos sensíveis às questões dos outros, do ponto de vista de nos irmos adaptando às diferentes circunstâncias que vão acontecendo. Não queria de maneira nenhuma que essa questão fosse beliscada, e enquanto líder principal deste órgão colegial irei defender sempre até às últimas consequências, que essa questão não seja de facto beliscada. Referenciar que no nosso concelho há discriminação de género, discriminação relativamente à área geográfica, eu acho que toda a nossa história e percurso, nomeadamente deste executivo e de outros anteriores, é a demonstração clara que no nosso concelho qualquer pessoa independentemente da sua condição, do seu género ou da sua freguesia natal, pode efetivamente fazer o seu trajeto cívico e político. Referir que a questão da continuidade de representação na Assembleia da República é muitíssimo importante e positiva para o nosso concelho, e é algo que tem de facto acontecido. Espero que todos tenham as maiores felicidades, a começar por este executivo e a acabar noutros cargos de representação que neste momento também existem, nomeadamente da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento que hoje também é deputada, que tenha as maiores felicidades naquilo que é a exigente missão que tem pela frente, relativamente à representação do nosso distrito que tem tantas fragilidades, e por outro lado, muitas potencialidades, mas obviamente exige-se aos poderes públicos, sobretudo que tratem daquilo que é o mais frágil, e possam responder por essas fragilidades, o que não é fácil”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente, para deixar esta intervenção: “tentando ir ao encontro deste registo que o Senhor Presidente está a propor, tentando evitar, não sendo obviamente de todo possível, até porque houve uma súbita transformação da abordagem do Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes nesta reunião, que hoje veio com um perfil mais partidário que não conhecíamos, conhecíamos alguma sinuosidade política na sua história, mas apresentou hoje aqui um estilo mais partidário que não conhecíamos, mas dizer que perante e as *La Palice* que aqui trouxe, dizer que o candidato à concelhia do PSD quer aumentar o número de militantes acho que é uma coisa fantástica, acho que é mesmo surpreendente que ele tenha dito, e que tenha dito olhando para um projeto que é de matriz Social-democrata, dizendo, olha está aqui um bom exemplo daquilo que o Partido Social Democrata faz, e olhando para esse exemplo, pode dentro do partido obviamente crescer essa militância, mas aquilo que o



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Senhor Vereador fez, foi uma coisa diferente, foi acusar a câmara municipal de clientelismo. Acho que o Senhor Vereador está obviamente obrigado a esclarecer onde é que está o clientelismo desta câmara, porque isso é mais grave, está a confundir os papéis dizendo que a Câmara está a ser utilizada para aumentar o número de militantes no PSD, e isso é grave, como é evidente. Relativamente à entrevista, eu ouvi a entrevista até ao fim, e aquilo que o Senhor Vereador está a querer dizer, é que do ponto de vista da coerência, a Senhora deputada, ou candidata, ou Vereadora, até pode manter a coerência, mas aquilo que não vai conseguir evitar, é o seu problema de consciência, porque ela é Deputada na Assembleia da República, e suporta o Governo, e o Governo tem uma posição diferente daquilo que ela defende no caso da Argemela, e também defende de maneira diferente relativamente àquilo que são o tema das portagens, designadamente aquilo que foi sempre unânime nesta câmara, unânime nos partidos que têm assento na Assembleia Municipal, e que de resto teve expressão nas várias moções aprovadas por unanimidade na Assembleia Municipal, de serem a favor pela abolição total das portagens”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes interveio e referiu o seguinte: “acho que não perceberam ou não quiseram perceber. Eu conheço a linha seguida pela autarquia, e se há uma área onde eu tenho estado a dar um grande contributo do ponto de vista prático, sem ter necessidade de recorrer à comunicação social ou às páginas do município para me autopromover, tem sido a dos refugiados, e valorizei-a mais do que uma vez, e não vi aqui qualquer comentário a condenar ou a fazer referência a esta postura de um eurodeputado eleito do PSD com origem na região. O que eu fiz foi dar uma oportunidade a este executivo de dizer se está a favor ou contra, porque, desculpem a expressão bem popular quem cala consente, e eu não tenho dúvidas nenhuma que a postura seguida pela autarquia, é contra, mas da mesma forma que pegamos nas declarações, do então Secretário de Estado João Galamba, e dizemos que são vergonhosas, eu também posso sugerir aos eleitos locais que adotem a mesma postura, porque se a outra foi vergonhosa, esta não é muito menos. Volto a dizer, não passou por dois votos, sendo que um dos votos é de um eurodeputado do PSD da região. Isto a mim envergonha-me, não sei se a todos envergonha. Eu dei essa oportunidade, apenas isso. Relativamente às palavras que o Senhor Vice-presidente disse, eu nunca acusei de clientelismo, o que eu disse e volto a frisar e pegando nas palavras do Senhor Presidente, nós temos que ter muito cuidado com as palavras, com o que é dito, e que pode ser entendido, e o que foi dito foi que, através do projeto autárquico, eu procuro cativar mais militantes. É claro, está lá, não fui eu que inventei, as palavras não são minhas, e eu não disse que é clientelismo, volto a frisar, pode roçar a



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

clientelismo, basta ver quais é que são os últimos nomes sugeridos na comunicação social, e basta ver onde é que eles estavam antes dos nomes surgirem nas listas, e onde é que estão agora quando começam a ser associados à lista, e claro, do ponto de vista profissional. Estou a falar de factos, não fui eu que inventei os nomes para a comunicação social, quem inventou foi o PSD local, e o PSD local indicou alguns nomes que não faziam parte desta casa, fazem e bem porque são excelentes profissionais, é isso que se trata. A leitura não é minha, portanto, toda a gente pode ver e confrontar os factos”.

O Senhor Presidente disse o seguinte: “o Senhor Vereador, na sua clareza, mais uma vez se esqueceu de uma coisa que disse, e eu dou-lhe uma segunda oportunidade de poder retratar-se, é a segunda e última oportunidade que lhe vou dar relativamente à questão de misturar a escala europeia com a local. Fez a sua intervenção, e *ipsis verbis* referiu que as estruturas locais, de um determinado partido, imagino que se referia ao PSD, que estaria a dar cobertura a essa questão. Eu expliquei-lhe que um município não é só uma câmara municipal, mas sim todo um conjunto de entidades, e pedi-lhe que clarificasse essa questão, porque enquanto Presidente desta Câmara Municipal, que tive a responsabilidade maior de posicionar este concelho relativamente a toda uma agenda de inclusão, de integração e de socorro, a tudo o que tivesse a ver com o fenómeno desta barbárie que está a acontecer no mediterrâneo, não é para mim sequer admissível que haja qualquer vontade de confundir a nossa população e o nosso povo relativamente a qualquer questão que tenha a ver com essa problemática. Estou a dar-lhe a segunda oportunidade de poder retirar essa parte da sua intervenção, porque já referi nesta câmara que essa é uma linha absolutamente vermelha que eu não vou deixar sequer que se aproximem sem veementemente condenar. E olhe que a sua intervenção aproxima-se dessa linha vermelha, porque está a tentar, em termos políticos, transformar um assunto que é condenável pela informação que temos, no entanto, já vi outro tipo de informação sobre o assunto, mas está a trazer uma agenda que é europeia, trazê-la para dentro do concelho do Fundão, e fazendo comentários, que ainda agora referiu, que eu sou contra, mas não sei se aqui nesta casa, se condenam ou não coisas dessas porque é um assunto sensível e de interesse estratégico e vital para o nosso concelho, e peço-lhe que na segunda oportunidade que lhe estou a dar, de tentar corrigir uma parte da sua intervenção nessa tentativa de misturar os planos. Todas as dificuldades e todas as questões importantes que temos tido, de procurar que a nossa comunidade num todo, se aproprie, se sinta sem fissuras de nenhuma parte nem de ninguém, relativamente à inequívoca forma de estarmos neste processo, e o que o Senhor Vereador trouxe aproxima-se disso. Pode não ser essa a sua intenção, mas hoje está num órgão público, e as questões que traz, que são de uma agenda



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

puramente partidária, nem sequer têm um contexto do ponto de vista do que é o trabalho do nosso órgão executivo. Sobre este aspeto referi há largas semanas atrás, que estaria na linha da frente se qualquer questão pudesse criar fissuras relativamente a uma área tão sensível e tão facilmente incendiável. Nós temos uma responsabilidade muito grande sobre aquilo que dizemos, e há assuntos que é preciso termos uma sensibilidade extra. O Senhor Vereador referiu, até de uma forma mais defensiva, mas que eu aceito, porque sei que tem ajudado e colaborado com esse processo, por isso, dou-lhe a segunda oportunidade, e não faço juízo de valor nenhum sobre a segunda oportunidade que lhe estou a dar, o que disser, se for neste sentido seguramente o assunto fica concluído, porque sei bem a sensibilidade que tem demonstrado que já nestas reuniões falamos e que entre todos nos sentimos até bastante partícipes e confortáveis com essa questão. Para mim, as questões dos direitos humanos e as questões de estarmos unidos relativamente a um assunto destes, é outro nível, e como tal, peço-lhe, mais que não seja, que respeite esse outro nível que estas questões têm mesmo que ter”.

O Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes disse que talvez tenha sido mal interpretado, e acrescentou “eu tenho aqui a frase, estamos a falar de um dos dirigentes políticos do PSD e da região da Beira com mais responsabilidades nacionais, e que foram eleitos com o apoio das estruturas, pode faltar aqui estruturas (PSD local). Aceito, e se o fiz não foi propositado, que falte aqui estruturas (PSD local), longe de mim referi-me ao município, só que tenho a plena consciência que quem está aqui também faz parte do PSD local, e o PSD local ou está do lado do trabalho que tem sido feito pela autarquia, ou então, está do lado deste tipo de posturas, e eu acredito que não está do lado de quem tem adotado este tipo de posturas. Quando eu comecei a fazer a minha intervenção foi para valorizar o trabalho da minha colega que foi eleita e que vai ter que defender o que ela se propôs”.

O Senhor Presidente interveio: “com todo o respeito por si, dou-lhe um conselho. Se acredita, e eu acho que está a ser sincero, que as estruturas locais de qualquer organização partidária do nosso concelho não se revêm nisso, não levante a questão. Não há nada que justifique levantar uma questão numa reunião de câmara como a nossa, em que você não acredite. Espero que possa refletir e que depois de alguma reflexão pense um pouco porque é que um assunto destes, é uma questão que me leva a ir bastante mais longe do que é o meu hábito, naquilo que é o cruzamento de questões relativamente a esta abordagem.”

Para terminar este PAOD, o Senhor Vice-presidente, e relativamente à questão de Aldeia Nova do Cabo, disse que o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes já tinha de facto levantado esta questão e que tinha ficado obviamente surpreendido com o facto de não ter sido avisado e que já



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

tinha chamado a atenção da concessionária sobre esta situação. E, explicou “houve um conjunto de ruturas sucessivas desde Aldeia de Joanes até Aldeia Nova do Cabo, uma foi perto do Largo Principal, e estas ruturas levam até quatro horas a serem reparadas. A questão que foi levantada é razoável porque as pessoas têm de facto o direito a saber quando é que têm água em suas casas, porque já lá vai o tempo em que isso acontecia com mais frequência, e por isso tentamos obviamente evitar e pedimos à concessionária, mesmo quando acontecem essas situações, que o município possa ser informado, e às vezes até ajudando através dos órgãos de comunicação social, para na hora podermos alertar o maior número de pessoas”.

### **3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **Documentos Previsionais para o ano 2020**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 28 de outubro de 2019, e que se transcreve:

“Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da 75/2013, de 12 de Setembro com as respetivas alterações, serve o presente para apresentar a proposta para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020. Consideram-se os documentos apresentados como os primeiros documentos previsionais na senda do Plano de Ajustamento Municipal aprovado pelos órgãos e visado pelo Tribunal de Contas em 27/12/2018, sendo desta forma equivalente ao primeiro ano do Plano de Ajustamento Municipal. O calendário orçamental ínsito na REFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, no seu nº 1 do artigo 45º define que até 31 de outubro o órgão executivo deverá apresentar à Assembleia Municipal a proposta de Orçamento municipal para o ano económico seguinte. Nos termos do artigo 31º da Lei 53/2014, de 25 de agosto a proposta de orçamento dos municípios aderentes está sujeita a parecer prévio do FAM devendo este último ser remetido com antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da Sessão (da Assembleia Municipal) para aprovação do Orçamento Municipal. O nº 2 do artigo 27º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro prevê que a aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano seguinte deverá ser aprovada em Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro. O valor total estimado para o ano de 2020 é de 29.734.747,00. Resumidamente o valor do orçamento é:

Receitas Correntes	23.493.816	Despesas Correntes	17.924.202
Receitas de Capital	6.240.931	Despesas de Capital	11.810.545
Total	29.734.747	Total	29.734.747



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Está, desta forma, garantido o equilíbrio orçamental previsto no nº 2 do artigo 40º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro. A receita inscrita foi essencialmente na base da média dos últimos 24 meses, excepcionando-se pontualmente algumas rubricas, os Fundos provenientes do Orçamento de Estado inscritos pelo valor divulgado no OE para 2019 e às alienações de bens de investimento que se aplicou a média dos últimos 36 meses, conforme imposto pelo Orçamento de Estado 2019. Mantêm-se as projeções de transferências com entidades parceiras, tais como Juntas de Freguesia para as quais se aplicou a atualização ao IPC e se enquadrou o processo negocial de transferência de competências, que pelo facto de estar ainda em negociação, poderá requerer ainda alguma alteração. Manteve-se a inscrição das despesas associadas com financiamento a definir, onde se entende que são despesas objeto de financiamento através de Programas específicos dos quais poderemos incluir o PDR 2020, o POSEUR; o PEDU; o Centro 2020; o POCTEP; entre outros de carácter internacional, que poderão já ter merecido uma aprovação genérica mas ainda sem contrato escrito. As Grandes Opções do Plano, apresentam despesas plurianuais, dado se tratarem de despesas com previsão de execução para além do ano 2020, para a competente autorização. Despesas com valores a definir devendo as mesmas ser definidas aquando da aprovação da candidatura e/ou do início de procedimento para suportar a necessidade de cabimentar, desde que haja um grau elevado de aprovação. Mais se informa que os documentos previsionais, conforme entendimento da CNC – Comissão de Normalização Contabilística e divulgação da mesma efetuada pela DGAL em que o orçamento para as entidades autárquicas em 2020 a elaborar em 2019, ainda será preparado de acordo com o modelo do POCAL, havendo depois, a partir de 01/01/2020, um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP (Of. Circular nº 1323/2019, de 23/9/2019). Para melhor compreensão e entendimento dos documentos previsionais iremos apresentar para além do orçamento completo e das Grandes Opções do Plano, o Resumo do Orçamento por Capítulos, o resumo económico do orçamento da despesa, o Plano Plurianual de Investimento (onde constam apenas as despesas de investimento classe 07 com a respetiva plurianualização), as Atividades Mais Relevantes (onde consta as despesas de outros capítulos considerados relevantes e plurianualizadas), Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano (onde se retira a informação das ações que incorporam rubricas de despesa e que estejam refletidas nas GOP's), o Mapa de Empréstimos (que justifica as despesas previstas em juros e amortizações de empréstimos), o Quadro das Transferências Financeiras no âmbito das Delegações de Competências para as Juntas de Freguesia. Em simultâneo com a aprovação dos documentos previsionais e do mapa de pessoal para o ano 2020 e nos termos do artigo 50º, da



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Lei 73/2013, de 3 de Setembro solicita-se autorização para uma abertura de crédito cujo prazo é inferior a um ano e de valor até €1.500.000,00 para ocorrer a dificuldades de tesouraria geradas pelos atrasos no recebimento dos financiamentos, devendo ser amortizado até ao final do exercício económico. Considerando que o mesmo ainda não se encontra contratado, a respetiva rubrica não foi dotada, conforme exigem as regras previsionais do POCAL. Pelo que se submetem a apreciação do órgão os documentos previsionais para o ano 2020 que integram para além do Orçamento, das Grandes Opções do Plano. Assim: Nos termos da alínea c) do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere: 1º - Aprovar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município do Fundão para o ano de 2020; 2º - Remeter para o FAM para os efeitos previstos no artigo 31º da Lei 53/2014, de 25 de agosto - Parecer prévio dos orçamentos dos municípios. 2º - Apresentar estas propostas de Orçamento, Grandes Opções do Plano à Assembleia Municipal para que esta delibere, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. 3º - Aprovar a abertura de crédito nos termos do nº 1 do art.º 49º conjugado com o artigo 50º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro até ao montante de 1.500.000,00, devendo o mesmo ser nulo no final do ano económico de 2020.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Documentos Previsionais para o ano 2020)

Abstiveram-se, os Senhores Vereadores Dra. Joana Bento e Prof. Sérgio Mendes.

O Senhor Presidente lembrou que o procedimento de aprovação deste documento seria igual ao do ano anterior, ou seja, trazer os documentos previsionais à Câmara Municipal para o órgão se poder posicionar, discuti-lo, e que a partir do momento que é aprovado pelo órgão teriam início dois processos muito relevantes. “Um deles é pedir os respetivos pareceres, nomeadamente da estrutura do FAM, e a auscultação de toda a Assembleia Municipal, não só ao nível da disponibilização do documento mas também o direito da oposição, e poder fazer as consultas com a Assembleia Municipal, havendo um período, um pouco de discussão, e posteriormente o documento voltará à reunião de câmara no mês de dezembro, antes da Assembleia Municipal. Em termos das estratégias de atuação, tem uma parte muito significativa na componente do investimento, de cerca de oito milhões de euros, e em termos de orçamento por definir, também tem um valor muitíssimo significativo quase outro tanto relativamente às questões associadas aos cronogramas de financiamento comunitário, por isso é um valor de facto muito relevante. O orçamento é praticamente igual ao do ano passado, vinte e nove milhões, setecentos e trinta e quatro mil euros, um orçamento que nós consideramos





31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

sustentável e equilibrado, que aponta para taxas de execução de cerca de oitenta e cinco por cento. Na parte do investimento continuamos com a política de proximidade, continuar as redes de estruturação viária, iremos manter, por ano, pelo menos entre quatrocentos a quinhentos mil euros para o reforço da nossa estruturação viária, dado o estado em que se encontra, também as questões de proximidade relativamente aos equipamentos sociais, educacionais, também a saúde, nomeadamente a medicina nuclear, e alguns investimentos de maior dimensão para o concelho, dois ou três investimentos que estão sinalizados e que são relevantes, o Cine Teatro, talvez o mais relevante, e também as componentes ligadas à questão empresarial e industrial, ou a refuncionalização de edifícios para essa vertente, ou seja, a agenda da inovação, empreendedorismo e atração de investimento, que continua a ser o objetivo do nosso orçamento que mais percentagem tem nas Grandes Opções do Plano. Sobre a componente ambiental, mantemos sempre verbas associadas a várias possibilidades e vários programas nessa vertente e também na eficiência energética. Recebemos há poucos dias o Galardão ECOXXI, uma distinção que já recebemos há mais de dez anos e lembrar também que no âmbito ambiental acabamos por candidatar com o Município da Covilhã a vertente da ciclovía entre o Fundão e a Covilhã. Relativamente ao nosso Programa de Ajuste Financeiro, este é o nosso segundo orçamento, e na desagregação das grandes rubricas são praticamente iguais ao Plano de Ajustamento Financeiro, com uma pequena correção de trezentos mil euros em dois itens, um no pessoal, em que estamos muito abaixo dos limiares que a lei define do que é o valor máximo que se pode gastar, e muito abaixo dos valores que também nos comprometemos no âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro, mas com a atualização que tem havido dos salários, nomeadamente, do salário mínimo nacional do ano anterior e a incorporação dos precários, a projeção para o próximo ano é sensivelmente de trezentos mil euros acima do que era a nossa projeção inicial, ou seja dos oitos milhões de investimento, tiramos sensivelmente trezentos mil porque consideramos que não haveria aí nenhuma questão que pudesse por em causa questões centrais da nossa linha política. Outras questões importantes que vêm neste orçamento, uma delas prende-se com os balneários do Estádio Municipal do Fundão, que estão de facto numa situação difícil, assim como também temos verbas para valorizar e melhorar algumas situações que começam a ser graves no Pavilhão Desportivo Municipal do Fundão. O nosso compromisso é manter as linhas de intervenção políticas, empreendedorismo, inovação, atração de investimento e muitíssima preocupação com os investimentos de proximidade e com um conjunto já bastante desenvolvido de ações de equipas e de diferenciação positiva, sobretudo para aqueles que têm maior dificuldade. Numa região como a nossa, e num concelho como o



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

nosso, temos que ter sempre muita preocupação, na coesão, a questão das famílias e das pessoas, sobretudo aquelas que têm maior dificuldade. No âmbito destas duas componentes, são necessários diversos recursos, sendo que por vezes, nos recursos mais associados à vertente imaterial da valorização socioeducativa, há uma parte do orçamento menos visível, que é a quantidade de pessoas e de equipas que estão na componente do pessoal, porque para realizar esse trabalho é preciso sobretudo ter pessoas, equipas, valências, gabinetes de diferentes tipos de respostas, e evidentemente isso está incorporando no grande capítulo de pessoal, porque não vem obviamente discriminado, e isso podem ver depois no mapa de pessoal, as equipas que estão formadas e as respetivas áreas de atuação”.

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento interveio para se referir a este documento com esta intervenção: “em relação aos documentos previsionais, e o Senhor Presidente acaba por dizer que ele é vinculativo, e por isso é que o traz hoje aqui, e saudá-lo por isso. A questão que me parece, sendo ele vinculativo porque temos que o apreciar e aprovar, é que seria interessante fazer a audição dos partidos antes de o trazer, porque ele vai ser vinculativo, e portanto a maioria, e qualquer proposta que nós possamos trazer, e os partidos em particular, já é dentro daquilo que é a estrutura do orçamento que nos apresenta. Queria questioná-lo, porque nós estamos de facto num processo de ajustamento financeiro, se sentiu ao longo deste ano a necessidade de fazer ou intensificar este ajustamento municipal. Se ao longo deste ano identificou, para além daqueles que já teriam sido identificados, outros riscos orçamentais que não foram verificados anteriormente. A apreciação em relação ao orçamento que nos apresenta, a par de não vir contemplado o Plano para a Viverfundão para 2020, e parecia-me que deveria contemplar, vou deter-me nas Grandes Opções do Plano, porque já percebi que o Senhor Presidente fez aí um foco muito grande no final em relação àquilo que é as respostas, e que as respostas têm que ser dadas naturalmente com o pessoal, isto é um investimento e quis passá-lo dessa forma. Claro que naturalmente é um investimento, mas também percebemos que o recurso a essa tónica pode aqui levar a que queira esconder aquilo que para nós parece evidente nas grandes opções do plano que nos apresenta hoje. Em relação ao ano anterior, passa de cento e dez milhões para quarenta e dois milhões, nas Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte, o que revela aqui um grande e brutal desinvestimento. Como é uma redução brutal, em termos do plano plurianual também se nota que há esse desinvestimento em relação ao ano anterior, e que do resumo orçamental passamos de oitenta milhões para quarenta milhões. Outra questão que também percebemos em relação às Grandes Opções do Plano e orçamento e aos documentos previsionais que nos apresenta, é que há um aumento de nove mil euros face a dois



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

mil e dezanove para dois mil e vinte, em relação às freguesias, nós isso conseguimos aqui perceber, mas a verdade é que mais de três mil euros passa somente para a grande freguesia do Fundão, o que faz com que leve ao asfixiamento das outras Juntas de Freguesia. Saudamos no entanto, que as estradas e os investimentos de proximidade, como o Senhor Presidente os trata, estejam aqui registados, mas queríamos deixar-lhe um desafio que também me parece importante, que é o Orçamento Participativo. Nós ao longo deste tempo, quase dois anos, andamos continuamente a pensar rever esse regulamento do orçamento participativo, e penso que seria a altura certa para que possamos pôr essa alteração em prática para que usemos esse orçamento participativo como uma ferramenta que possa aproximar as pessoas do nosso município. Outro investimento que aqui noto que não está novamente concluído, é a requalificação da Zona Industrial do Fundão, que nós já no início do ano passado trouxemos à reunião de câmara, e ele mantêm-se aqui, e também queria que o Senhor Presidente fizesse um ponto em relação a esta obra de requalificação. Na generalidade, e naquilo que nós percebemos, e até pela justificação que apresenta e porque não ouviu os partidos e percebemos que há um brutal desinvestimento, fruto naturalmente do constrangimento financeiro que temos e das rigorosas medidas que temos que respeitar, até da própria ausência de autonomia para que possamos apresentar um orçamento e as Grandes Opções do Plano sem que elas tenham que ir a outro nível, estamos condicionados, e este parece-me que é um documento previsional que revela desinvestimento da parte do município do Fundão, atendendo à redução das Grandes Opções do Plano que aqui representa mais de metade”.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, e referiu o seguinte: “dizer um aspeto que acho que é logo relevante para resolver uma questão que não é correta, mas a Senhora Vereadora na sua avaliação não tinha dados para chegar a outra conclusão. Houve uma alteração relativamente a um investimento relevante para a nossa região, do ponto de vista da sua execução financeira. No último orçamento, relativamente ao regadio da Zona Sul da Gardunha, aparece nos programas plurianuais, ou seja, ele foi previsto naquilo que são as Grandes Opções do Plano e sobretudo no PPI – Plano Plurianual de Investimento, que não é só do ano em causa, que é o ano mais relevante, e desse ponto de vista o nosso orçamento em termos de investimento, quer o orçamento do ano passado, quer o orçamento deste ano, são mais do dobro do que eram os orçamentos anteriores, nós estamos numa fase de muito maior investimento relativamente ao padrão que aconteceu nos orçamentos anteriores, e faço o desafio para poderem verificar essa questão que é facilmente verificável, vendo a execução dos diferentes orçamentos que tivemos nos últimos anos, mas nós pusemos



31/10/2019

## *MUNICÍPIO DO FUNDÃO*

até num prazo bastante alargado aquilo que era alguns grandes investimentos, como o investimento que referenciei do regadio, e outro que nós pusemos em lógicas plurianuais que depois achamos que de certa forma também não era muito adequado, que era colocarmos o valor do plano de melhoria da redes viárias do município, um valor de cerca de quinhentos mil euros também num plurianual bastante alargado, ora, isso reforça ou dá-lhe uma dimensão do ponto de vista do plurianual que evidentemente não se prende com aquilo que é a execução do orçamento, ou uma redução daquilo que são as nossas vontades previsionais de investir no próximo ano, por isso o orçamento em termos de investimento é praticamente igual ao do ano passado em termos de dimensão, e a questão do regadio. Dou essa informação, porque nos próximos dias daremos entrada da candidatura no acordo que foi feito com o Município de Castelo Branco, da componente de execução da parte das obras, dado que a parte mais significativa até se situava no território administrativo de Castelo Branco, porque esta fase do regadio prende-se com o aproveitamento hidroagrícola da Barragem da Marateca, e então foi definido que o dono da obra vai ser o Município de Castelo Branco e o Município do Fundão vai ser a entidade que tem toda a vertente dos projetos. No ano passado a abordagem era diferente, eu diria que esse valor que acabei de referir mais o valor da componente das estradas, obviamente enfatizam muito o plurianual, não o orçamento do próximo ano, mas sobretudo aquilo que eram os orçamentos dos anos seguintes, o que justifica de facto uma diferença de cerca de quarenta milhões, só com o regadio estaríamos a falar de aproximadamente vinte e cinco milhões de euros. Reduzimos as componentes do plurianual, mas não reduzimos os valores previstos para o ano orçamental em causa. Continuamos com condições para executar o nosso programa e estamos de facto a executá-lo, e comparado até com o mandato anterior, este mandato, por exemplo do ponto de vista de execução de obras e de intervenções, é um mandato bastante mais relevante em muitos aspetos. Dizer também que ainda temos aqui um valor muito significativo associado à problemática dos incêndios. É verdade que até final do ano está previsto uma parte dessas empreitadas, que estão em curso, ainda que uma parte delas já estejam executadas, mas ainda temos que ter no nosso orçamento, porque até final do ano vamos ver qual é que é a percentagem executada quer física quer financeiramente. Recordo que no orçamento anterior baixamos a dívida em cerca de quatro milhões de euros, é verdade que este ano e no próximo estamos no período de carência relativamente ao Plano de Ajustamento Financeiro, e há uma estabilização dos valores da dívida do ponto de vista do que é a execução orçamental. Com as Juntas de Freguesias temos aqui talvez um milhão de euros, entre aquilo que são as transferências de delegação de competências, aquilo que são as transferências



associadas à educação e o que são alguns apoios pontuais que aprovamos em reunião de câmara, passamos de um milhão de euros em transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia, e uma variação de aumentar oito mil euros ou três mil euros é meramente casuística, porque num milhão de euros, esse valor não tem relevância estatística, não muda em nada o padrão do que é o nosso relacionamento com as Juntas de Freguesia, nos valores globais. Essa é uma área das que pode ainda ter algumas mutações, nomeadamente com a possibilidade de fazermos mais contratos interadministrativos com algumas freguesias para reforçar algumas competências. Uma preocupação que todos temos, é que há hoje alguma dificuldade acrescida por parte, nomeadamente das autoridades de gestão nos prazos de pagamento dos fundos comunitários, é uma questão transversal a todo o País e a todas as entidades, e isso é um constrangimento em termos de tesouraria para todos”.

#### **Ratificação do protocolo de cooperação celebrado entre o Município do Fundão e o Município da Covilhã**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 25 de outubro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando, Que o Município do Fundão e o Município da Covilhã celebraram no dia 22 de outubro de 2019 um Protocolo de Cooperação para a construção da Ciclovia Intermunicipal de Ligação entre as Cidades da Covilhã e do Fundão; Que o presente Protocolo de Cooperação tem por objeto o levantamento topográfico, a elaboração do projeto técnico, a submissão de candidatura a cofinanciamento, e a execução da obra de construção da ciclovia intermunicipal de ligação entre as cidades da Covilhã e do Fundão. **Proponho, face aos considerandos, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal delibere ratificar o Protocolo que segue em anexo à presente proposta.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Ratificação do protocolo de cooperação celebrado entre o Município do Fundão e o Município da Covilhã)

#### **Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão, o Centro Social e Paroquial do Alcaide e a Junta de Freguesia do Alcaide**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 28 de outubro de 2019, e que se transcreve:



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/10/2019

“Considerando: Que compete ao Município do Fundão, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, bem como do apoio a atividades de interesse municipal, participar no apoio ao desenvolvimento e execução dessas atividades de natureza social e de proteção dos cidadãos/municípes mais idosos – cf. artigo 33.º, n.º 1, alínea u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Que o esforço do investimento a apoiar na Freguesia do Alcaide é de manifesto interesse para os residentes nesta localidade e para os municípes em geral; Que para esta autarquia, é de vital importância apoiar a proteção dos idosos e a continuidade da sua inserção na comunidade a que pertencem; Que o presente Protocolo tem como objetivo corresponder ao desejo da comunidade, afastando a exclusão e o isolamento dos seus membros; Que no dia 27 de outubro de 2019, foi celebrado um Protocolo de Colaboração entre o **Município do Fundão, o Centro Social e Paroquial do Alcaide e a Junta de Freguesia de Alcaide. Proponho, face aos considerandos, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal delibere ratificar o Protocolo que segue em anexo à presente proposta.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão, o Centro Social e Paroquial do Alcaide e a Junta de Freguesia do Alcaide)

O Senhor Presidente lembrou que este protocolo já tinha vindo à reunião de câmara anterior, e que tinham sido “abordadas as valências que estão previstas, nomeadamente Lar, Centro de Dia, Apoio ao Domicílio, Extensão de Saúde e também uma parte de reabilitação urbanística que está associada ao terreno em causa, mas também tem conexão com uma sala auditório que se abrirá à comunidade e que também ficará conexa com o edifício do Lar. Estas são as valências centrais do projeto que está aprovado pelas entidades, nomeadamente pela Segurança Social, e também do ponto de vista do município cumpre as regras do seu enquadramento urbanístico e de ordenamento, e estão em condições de poder fechar o caderno de encargos para lançar os respetivos procedimentos para a sua execução nas próximas semanas. O investimento global da parte da construção civil aponta para cerca de oitocentos mil euros, que é a fase associada às valências centrais ligadas aos idosos, e cerca de duzentos mil euros associados à parte de equipamentos. O apoio do município é de trinta por cento, a entidade referenciou-nos que tem sensivelmente outro tanto de capacidade própria, sendo que depois provavelmente terá que recorrer a um empréstimo, salvo que possa acontecer que nos próximos tempos possa abrir alguma linha de apoio dos financiamentos comunitários aos equipamentos sociais, sendo que neste quadro comunitário ainda foram muito poucos os apoios



## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

31/10/2019

que houve para este tipo de equipamentos, e se houver fundos comunitários obviamente o município reduzirá o seu apoio, e isso daria ainda um maior impulso do ponto de vista de maior viabilidade deste investimento. Relativamente ao número de camas previstas são trinta e duas camas, salientando que o Centro Paroquial do Alcaide tem valências que servem o concelho, porque tem de facto uma cobertura e tem uma atratividade que vai para além dos limiares da freguesia do Alcaide, a parte de Centro de Dia, ao dia de hoje, também abrange a freguesia da Fatela”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Prof. Sérgio Mendes.

“Antes de mais queria dar os parabéns a quem teve a coragem de abraçar este desafio, porque um investimento de um milhão de euros não deve ser coisa fácil de montar e desmontar nos anos seguintes. Relativamente à infraestrutura, gostaria que tivesse uma capacidade maior para evitar que no futuro surjam desejos de criar equipamentos do género como se fosse cogumelos um pouco pelo concelho, e não termos a necessidade de duplicar investimento, porque a resposta, seja trinta e duas ou trinta e quatro camas, considerando a população envelhecida que o concelho tem, acho que é uma resposta muito diminuta. Por outro lado, sei que tem mais valências, mas estamos a falar de um rácio de 1.6 utentes do Lar, por funcionário, se considerarmos os vinte funcionários e os vinte utentes do Lar. Bem sei que existe outro tipo de valências, por isso é que levanto aqui só dúvidas relativamente à viabilidade do projeto, embora o valorize. Fazemos votos que no futuro a autarquia não tenha que ser chamada para compartilhar algumas derrapagens orçamentais, porque o investimento é avultado, nem para garantir a viabilidade da instituição, mas o nosso voto é favorável e volto a dar os parabéns a quem teve a coragem de abraçar este desafio”.

O Senhor Presidente respondeu: “referir que obviamente essas preocupações são sempre preocupações que a entidade em primeira linha terá que ter. Da nossa experiência, o limiar dos trinta utentes em Lar, mais a componente das valências integradas dá-lhe já uma sustentabilidade financeira muito interessante para um investimento de um milhão de euros, e aqui é fundamental que não haja grandes derrapagens relativamente ao que é essa abordagem do investimento. Conforme já referi, um dos equipamentos que tínhamos do ponto de vista de planeamento para este quadriénio era este do Centro Social e Paroquial do Alcaide, é porque também consideramos que aquela zona entre Alcaide, Fatela, Enxames, parte de Vale de Prazeres e até das Donas, este equipamento do Alcaide obviamente pode ter ali uma grande repercussão, sabendo que temos outros equipamentos não muito longe, por exemplo, o de Valverde, ou outros mais afastados como o de Alpedrinha, Capinha e Três Povos, mas já estamos



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

a falar de uma distância um pouco maior. Relativamente à valência de apoio ao domicílio há aqui um equilíbrio cada vez maior que temos que realçar, que é tentar evitar ao máximo a institucionalização das pessoas idosas, só em casos já de maior necessidade. Parece-me que a proposta que está aqui em causa é equilibrada, e o rácio que o Senhor Vereador Professor Sérgio Mendes referiu, sensivelmente de vinte pessoas para aquilo que é o número de utentes, eu espero que de facto o número final possa andar nessa ordem de grandeza. Salientar que estas entidades criam muito emprego, mas tem que obviamente ser um emprego sustentável. Dou este dado, e depois posso precisá-lo melhor, nós devemos estar neste momento, já muito próximos das quinhentas ou seiscentas camas com este investimento no nosso concelho, lembro-me que há uns anos atrás esse número rondaria as cento e cinquenta, duzentas camas, ou seja, há aqui um esforço muito grande que foi feito entre o município as misericórdias e as IPSS, e o investimento global feito no concelho não deve ter andado longe dos dez milhões de euros, alguns investimentos diretos, outros com apoios e outros em que o município também foi investidor direto. Nós de facto temos feito um esforço coletivo muito grande nas intervenções na área social, e estes números são bastantes significativos”.

### **Atribuição de subsídio – Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 25 de outubro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão solicitou a atribuição de um apoio financeiro, referente ao autofinanciamento da aquisição de um Quiosque de Exterior Interativo, a colocar em espaço público ao serviço do cidadão, e gerido pela Câmara Municipal do Fundão; Considerando que a aquisição deste equipamento surge no âmbito de uma candidatura apresentada para o evento “Cale e Sangriagosto – Festival de Rua do Fundão 2019” ao Fundo Ambiental, Programa Sê-lo Verde; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo;

**Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio à Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão, no valor de € 6.551,49. O pagamento da referida comparticipação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei nº 54-A/1999, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão)

### **Atribuição de subsídio à Associação Recreativa e Cultural do Rancho “Os Pastores do Açor” e aprovação das normas de participação e funcionamento dos expositores na “Mostra de Artes e Sabores da Maúncia 2019 – Açor”**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 28 de outubro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a Mostra de Artes e Sabores da Maúncia – Açor, é um evento Gastronómico-Cultural que nasceu no ano 2000 por iniciativa da Associação Cultural e Recreativa do Rancho “Os Pastores do Açor” com a perspetiva de dar a conhecer e valorizar a Gastronomia, Tradições e Artesanato locais, tendo esta Associação apostado na sua realização desde a primeira edição; Considerando que este evento tem vindo a tornar-se numa referência no roteiro Gastronómico-Cultural a nível do Concelho do Fundão e mesmo no Distrito de Castelo Branco, o que torna a visita quase obrigatória a um festival de sons, cores, saberes e sabores, genuínos do interior e da serra da Maunça, mostrando as suas tradições, o artesanato, a gastronomia e as suas danças e os cantares; Considerando que, com o decorrer dos anos a “Mostra de Artes e Sabores da Maúncia” foi crescendo em dimensão e diversidade, envolvendo cada vez mais participantes e público, aumentando a sua complexidade e o trabalho na sua organização; Considerando que a experiência adquirida em anos anteriores e da necessidade de melhor determinar e clarificar as regras de funcionamento da “Mostra”, foi decidido elaborar as Normas de Participação e Funcionamento dos Expositores na “Mostra de Artes e Sabores da Maúncia”, com o objetivo de o tornar num instrumento operacional e de referência para todos os envolvidos: organização, participantes e público; **Proponho, face aos fundamentos que se deixam acima expostos, e de acordo com o previsto na alínea u) e ff) no n.º1 do art.33º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de atribuir subsídio à Associação Recreativa e Cultural do Rancho “Os Pastores do Açor”, pessoa coletiva n.º501 686 214, no valor de €3500,00€ (três mil e quinhentos euros), bem como aprovar, nos termos em que estão elaboradas, as Normas de Participação, Funcionamento dos Expositores na “Mostra de Artes e Sabores da Maúncia”, que será desenvolvida em conjunto com a Associação Recreativa e Cultural do Rancho “Os Pastores do Açor”, as quais seguem em anexo, à presente proposta e que dela**





**fica a fazer parte integrante (doc.1). O pagamento da referida comparticipação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei n.º54-A/1999, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio à Associação Recreativa e Cultural do Rancho “Os Pastores do Açor” e aprovação das normas de participação e funcionamento dos expositores na “Mostra de Artes e Sabores da Maúncia 2019 – Açor”)

**Atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos: básico, secundário e profissional do concelho do Fundão – ano letivo 2018/2019**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 9 de outubro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que a educação é um dos domínios em que os Municípios exercem umas das suas atribuições mais relevantes; Considerando que o saber é condição necessária para o fomento da cultura e do desenvolvimento económico e social da população; Considerando a importância da partilha dos valores do trabalho, estudo, dedicação, esforço e resultados, em todas as comunidades educativas do concelho; Considerando a necessidade de se melhorar a qualidade das aprendizagens, para que os alunos Fundanenses se afirmem cada vez mais; Considerando que o Município do Fundão procura incentivar o sucesso escolar em todos os estabelecimentos de ensino do concelho do Fundão, bem como a promoção do mérito dos alunos de referência; - Considerando que foram indicados e selecionados, pelos diretores dos estabelecimentos de ensino, os melhores alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básicos, secundário e profissional dos estabelecimentos de ensino (rede pública e privada) do concelho do Fundão; Proponho, face aos fatos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido da atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos básicos, secundário e profissional, dos estabelecimentos de ensino (rede pública e privada) do concelho do Fundão do ano letivo 2018/2019, através da abertura de contas poupança em nome de cada aluno premiado, no valor de 100,00 € (cem euros), na instituição bancária Caixa de Crédito Agrícola. Dado que os prémios foram atribuídos a 10 alunos, o valor total resultante dos prémios a atribuir é de 1000,00€ (mil euros). O pagamento da referida comparticipação ficará condicionado ao cumprimento do disposto no ponto 2.3.4.1 do Decreto-Lei n.º54-A/1999, de 22 de Fevereiro,



com as sucessivas alterações, em conjugação com a alínea d) do Ponto 2.3.4.2 do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos do 1.º, 2.º e 3.º ciclos dos ensinos: básico, secundário e profissional do concelho do Fundão – ano letivo 2018/2019)

**Ação Social Escolar – participação das fichas de trabalho – ano letivo 2019/2020**

Foi apresentada à Câmara uma informação do Serviço de Educação, datada de 25 de outubro de 2019, do seguinte teor:

“A Ação Social Escolar traduz-se na implementação de apoios sócio educativos que promovam a igualdade de oportunidades no acesso à escola e no **combate às diversas formas de exclusão social e escolar**, criando condições para a realização de aprendizagens significativas por parte de todos os alunos. Neste sentido, e

- Considerando que os Auxílios Económicos constituem uma modalidade de apoio sócio educativo destinada a alunos que frequentam o 1.º Ciclo do Ensino Básico, **inseridos em agregados familiares, cuja situação económica determina a necessidade de participações** para fazer face às despesas escolares dos alunos, por forma a assegurar o prosseguimento da escolaridade;
- Considerando o disposto no Decreto-lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, que estabelece as normas relativas à transferência, para os Municípios, de competências específicas em matéria de ação social escolar, em diversos domínios, designadamente no que respeita à atribuição dos auxílios económicos aos alunos que frequentam o 1º Ciclo de Ensino Básico, e que, nos termos do n.º 2 do Artigo 14º do referido diploma, “as normas de concessão e processamento de auxílios económicos, bem como do seu valor, serão fixadas pelo respetivo Município, não podendo ser estabelecidas normas mais gravosas nem valores inferiores aos fixados para os ensinos preparatório direto e secundário”;
- Considerando ainda o Despacho n.º 7255/2018 de 31 de Julho em vigor na presente data;
- Considerando que **25 processos foram entregues em data posterior** ao procedimento de aprovação das listagens nominais de alunos beneficiários de auxílios económicos para a aquisição de fichas de trabalho, no ano letivo de 2019/2020, em Reunião de Câmara de 13/09/2019; Informo que, relativamente à concessão de auxílios económicos no âmbito da Ação Social Escolar da competência deste Município, para o ano letivo 2019/2020 e para efeitos de participação de despesas com a aquisição de fichas de trabalho, o valor estimado das participações, tendo por base a análise dos processos de



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

candidatura agora apresentados, é de **799,78€**, sendo que, aos Alunos do Escalão A e B é atribuída uma comparticipação de 100% da despesa, até ao montante máximo de 46,91€. Após a análise dos processos de candidatura a auxílios económicos para aquisição de fichas de trabalho – ano letivo 2019/2020, e nos termos do Despacho n.º 7255/2018 de 31 de Julho, cumpre-me informar, ainda, que os **25** processos se encontram devidamente instruídos, decorrendo da respetiva análise a seguinte apreciação: • **17 processos** encontram-se em condições de serem incluídos em **Escalão A**, sendo que 4 processos se referem ao Agrupamento de Escolas do Fundão e 13 processos ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto (conforme quadros I das listagens nominais em anexo); • **6 processos** encontram-se em condições de serem incluídos em **Escalão B**, sendo que 2 processos se referem ao Agrupamento de Escolas do Fundão e 4 processos ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto (conforme quadros II das listagens nominais em anexo); • **2 processos** encontram-se em condições de serem incluídos em **Escalão C**, sendo que ambos pertencem ao Agrupamento de Escolas Gardunha e Xisto (conforme quadros III das listagens nominais em anexo); Face ao supra exposto, sou a informar que, salvo melhor opinião, a Câmara Municipal do Fundão deve deliberar no sentido de: • Autorizar a comparticipação das fichas de trabalho aos alunos do 1º Ciclo, ano letivo 2019/2020 no valor total de **799,78€**; • Deferir a Listagem Nominal de alunos beneficiários de auxílios económicos para aquisição de fichas de trabalho para o ano letivo 2019/2020, incluídos no Escalão A e no Escalão B, anexa à presente informação e atribuir o correspondente apoio financeiro, nos termos acima propostos, devendo os candidatos ser notificados dessa decisão por meio de Anúncio, nos locais de estilo; • Indeferir a listagem nominal dos alunos considerados em Escalão C, junta em anexo, ficando excluídos do benefício ao apoio a que se candidataram, por se encontrarem inseridos em escalões não beneficiários, devendo os candidatos ser notificados dessa intenção de indeferimento; Mais se informa que, **decorrente da deliberação tomada em Reunião de Câmara, ocorrida no dia 13/9/2019**, relativa a auxílios económicos para a aquisição de fichas de trabalho para o ano letivo 2019/2020, apresentados no âmbito da Ação Social Escolar dirigida aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico deste concelho, **foi concedido o período de audiência dos interessados**. Assim, em sede de audiência, foram prestadas as seguintes informações: - No processo n.º AEGX 2019/102, foi corrigido o valor por se ter detetado que o aluno não reprovou e se encontra no 2º ano; Face ao supra exposto, sou a informar que, salvo melhor opinião, a Câmara Municipal do Fundão deve deliberar no sentido de: 1. Autorizar a comparticipação do processo supra referido no valor total **29,40€** em conformidade com o exposto na “Audiência de Interessados”; 2. Indeferir a



31/10/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

listagem nominal dos alunos considerados em Escalão C, junta em anexo, ficando excluídos do benefício ao apoio a que se candidataram, por se encontrarem inseridos em escalões não beneficiários, devendo os candidatos ser notificados do indeferimento, nos termos do art.º 127 do CPA, por meio de Edital.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar o proposto e proceder em conformidade. (Ação Social Escolar – participação das fichas de trabalho – ano letivo 2019/2020)

### **Classificação das Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal como Monumento de Interesse Municipal – aprovação da decisão final**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 28 de outubro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que esta Câmara Municipal, em reunião realizada no dia 31 de julho de 2017, deliberou iniciar o processo de classificação das “Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal” como Monumento de Interesse Municipal (MIM), as quais se encontram sitas nos prédios rústicos, sítos na Quinta do Ervedal, em Castelo Novo, inscritos nas matrizes prediais rústicas de Castelo Novo sob os artigos 260.º, 272.º e 273.º; Considerando que no âmbito dos procedimentos administrativos respeitantes ao presente processo salientemos que: • No período de audiência prévia aos interessados foi publicado em Diário da República, o Aviso n.º 774/2017, de 03 de outubro, pelo prazo de 30 dias, não tendo resultado do mesmo quaisquer sugestões e/ou reclamações; • O processo foi remetido à DRCC - Direção Regional de Cultura do Centro, que não se pronunciou no prazo definido na lei, 45 dias, pelo que a lei lhe confere o deferimento tácito da decisão; Considerando o teor da Informação Técnica n.º MAM-49-2019, de 10.10.2019, elaborada pelo serviço do Museu Arqueológico Municipal José Monteiro, relativamente à conclusão do procedimento administrativo com vista à classificação das “Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal” como Monumento de Interesse Municipal (MIM), a qual aqui se dá por integralmente reproduzida e faz parte integrante da presente proposta; Considerando que, de acordo com o previsto na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal, **proponho, face ao disposto nas alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de: 1 – Tornar definitiva a**



31/10/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

classificação das “Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal” como Monumento de Interesse Municipal (MIM), as quais se encontram sitas nos prédios rústicos, sitos na Quinta do Ervedal, em Castelo Novo, inscritos nas matrizes prediais rústicas de Castelo Novo sob os artigos 260.º, 272.º e 273.º; 2 – Publicitar a decisão final notificando os interessados, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro, com as sucessivas alterações, e afixando os respetivos editais nos locais de estilo; 3 – Promover a remessa das cópias das deliberações, dos editais e respetivas publicações à DRCC - Direção Regional de Cultura do Centro, para efeitos de inventariação e registo patrimonial, conforme o disposto no n.º 4 do artigo 94.º da Lei n.º 107/2001, com as sucessivas alterações; 4 – Promover o registo, na Conservatória do Registo Predial, deste ónus sobre o imóvel em apreço, caso possua uma descrição predial, nos termos do artigo 39.º do mesmo diploma.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Classificação das Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal como Monumento de Interesse Municipal – aprovação da decisão final)

### **Renúncia ao exercício do direito de preferência – Lote 6 do MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira – José Ribeiro Panificação e Confeitaria, Lda.**

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 28 de outubro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando o teor do requerimento apresentado pela sociedade JOSÉ RIBEIRO PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA, LDA., sob o registo de entrada nos serviços municipais com o Mydoc n.º 17206, de 03.06.2019, na qualidade de atual proprietária do Lote n.º 6 – Loteamento do MACB, sito na Zona Industrial do Fundão, inscrito na matriz predial da União de Freguesias do Fundão, Valverde, Donas, Aldeia de Joanes e Aldeia Nova do Cabo sob o artigo 5605 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 3354; Considerando que a supra mencionada sociedade veio requerer autorização do Município do Fundão para constituir uma hipoteca sobre o referido lote, tendo em vista a obtenção de crédito bancário que lhe permita suportar os custos respeitantes ao investimento que se propõe realizar no mesmo, de acordo com o previsto no Regulamento Municipal da Zona Industrial do Fundão; Considerando que o Regulamento Municipal da Zona Industrial do Fundão, em vigor desde setembro de 2003, estipula no texto do artigo 20.º que, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º, em caso de alienação total ou parcial, a título gratuito ou oneroso, ou em qualquer forma de transmissão



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

para outrem dos direitos de propriedade, posse, detenção, utilização dos lotes de terreno ou quaisquer outros atos com que obtenha o mesmo resultado, bem como das construções neles implantadas ou em processo de construção deverá o proprietário ter que vir comunicar à Câmara Municipal a intenção de efetuar a transmissão dos bens supra mencionados; Considerando que é pretensão da sociedade requerente ampliar a sua área de negócio no ramo da panificação, designadamente com a construção de um pavilhão no Lote n.º 6 - MACB e que permita acomodar uma Panificadora inovadora e moderna, **Proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, que a Câmara Municipal delibere no sentido de: 1. Renunciar ao exercício do Direito de Preferência nos termos das disposições contidas no artigo 20.º do Regulamento Municipal da Zona Industrial em vigor à data do registo de entrada do aludido requerimento, relativamente à hipoteca em apreço; 2. Notificar a interessada de que a renúncia é feita sob a condição resolutiva de que, na celebração da respetiva escritura de hipoteca, seja expressamente mencionado que os outorgantes têm conhecimento do atual Regulamento Municipal da Zona Industrial do Fundão, ficando aquele diploma regulamentar a fazer parte integrante da supra aludida escritura.**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Renúncia ao exercício do direito de preferência – Lote 6 do MACB – Mercado Abastecedor da Cova da Beira – José Ribeiro Panificação e Confeitaria, Lda.)

### Aprovação das normas de participação no evento “Míscaros – Festival do Cogumelo 2019 – Alcaide”

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 25 de outubro de 2019, e que se transcreve:

“Considerando que, pela sua efemeridade e beleza ou pelo seu valor nutritivo e ambiental, os cogumelos silvestres são cada vez mais objeto de verdadeiras paixões e de adoração dos micólogos só se revela na nossa região mais no Outono, quando a combinação da temperatura e da humidade faz brotar os cogumelos; Considerando que em todo o mundo há cerca de 50 mil variedades diferentes e em Portugal estão identificadas cerca de 300 espécies e por isso será certo dizer que fomos dotados de riquezas naturais, culturais e paisagísticas que, de forma sustentável, podem muito bem ser exploradas para outros fins; Considerando que os cogumelos silvestres são importantes potenciadores do desenvolvimento de outras atividades no meio rural e promoção de outros produtos endógenos, através do turismo gastronómico, do turismo de natureza e na educação ambiental; Considerando que há um potencial interesse lúdico sobre a





micologia e, principalmente, há uma reconhecida função ecológica dos fungos pela importância que assumem na manutenção do equilíbrio de alguns ecossistemas; Considerando que as matas e pinhais existentes na área envolvente ao Alcaide encerram habitats onde os cogumelos abundam, é possível cativar os visitantes e fazê-los percorrer as áreas florestais com interesse ambiental sob o pretexto de «*uma viagem ao mundo dos cogumelos*» que ainda é para muitos adultos um tema associado a uma certa magia com muitas histórias para contar e, para as crianças, uma grande diversão que se transforma numa verdadeira aula sobre ecologia; **Proponho, face aos fundamentos que se deixam acima expostos, e de acordo com o previsto na alínea ff) do n.º 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar, nos termos em que estão elaboradas Normas de Participação no “Míscaros – Festival do Cogumelo”, que será desenvolvido em conjunto com a Liga dos Amigos do Alcaide e a Freguesia do Alcaide, as quais seguem em anexo à presente proposta e que dela passam a fazer parte integrante (Doc. nº 1).”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação das normas de participação no evento “Míscaros – Festival do Cogumelo 2019 – Alcaide”)

#### **4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

As informações referidas no texto da ata, encontram-se devidamente arquivadas nos respetivos processos na Divisão de Gestão Urbanística.

#### **Paula Cristina Pedro Duarte Costa de Matos – alteração de edificação destinada a estacionamento**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração de edificação destinada a estacionamento, na Rua do Curral, Soalheira.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Paula Cristina Pedro Duarte Costa de Matos – alteração de edificação destinada a estacionamento)



31/10/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

### **Maria Perpétua Alves da Fonseca Mendes – legalização de alteração e ampliação de arrumos agrícolas**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização da alteração e ampliação de arrumos agrícolas, em Espadaneira, Alcaria.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria Perpétua Alves da Fonseca Mendes – legalização de alteração e ampliação de arrumos agrícolas)

### **Isabel Sofia Calvário Correia – redução do pagamento de taxas**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução do pagamento de taxas (ARU) – ocupação da via pública, na Rua do Sousa, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnico administrativa prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Isabel Sofia Calvário Correia – redução do pagamento de taxas)

### **Leopoldo Henrique Heeren Junior – compropriedade**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, no Trogal, Zebras, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”



31/10/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, deferir o pedido de constituição de compropriedade. Dar conhecimento ao requerente nos termos legais do CPA, da decisão tomada. (Leopoldo Henrique Heeren Junior – compropriedade)

### **Lúcia Zita Dias dos Santos – compropriedade**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, na Lameira Longa, Salgueiro, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, deferir o pedido de constituição de compropriedade. Dar conhecimento à requerente nos termos legais do CPA, da decisão tomada. (Lúcia Zita Dias dos Santos – compropriedade)

### **Hélder Miguel Evaristo Agulha e Outra – construção de piscina associada a edificação principal**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de piscina associada a edificação principal, na Borralha, Aldeia Nova do Cabo.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Hélder Miguel Evaristo Agulha e Outra – construção de piscina associada a edificação principal)

### **Pedro Miguel Couto da Silva – redução do pagamento de taxas**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução do pagamento de taxas (ARU) – ampliação de edificação destinada a habitação unifamiliar, na Rua dos Bombeiros Voluntários, 30, Fundão.





31/10/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do n.º 4 da informação técnico administrativa prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Pedro Miguel Couto da Silva – redução do pagamento de taxas)

### **Centro Paroquial de Assistência das Donas – construção de edifício destinado a Centro Paroquial de Assistência – CATL - 30 crianças**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de edifício destinado a Centro Paroquial de Assistência – CATL – 30 crianças, sito em Olivais Altos, Donas.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas nos pontos 1 2 do n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, o deferimento do projeto de arquitetura. Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, desta decisão ao requerente. (Centro Paroquial de Assistência das Donas – construção de edifício destinado a Centro Paroquial de Assistência – CATL - 30 crianças)

### **Maria Madalena Rodrigues Rondão dos Reis Abrantes – ampliação de edificação destinada a apoio agrícola**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de edificação destinada a apoio agrícola, na Várzea – Carvalhal, Valverde.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria Madalena Rodrigues Rondão dos Reis Abrantes – ampliação de edificação destinada a apoio agrícola)



31/10/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

### **José Pedro Salvado Bernardino – legalização de habitação unifamiliar, anexos, piscina e muro de vedação**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de habitação unifamiliar, anexos, piscina e muro de vedação (obras executadas), na Lameira do Vale, Telhado.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (José Pedro Salvado Bernardino – legalização de habitação unifamiliar, anexos, piscina e muro de vedação)

### **Henrique Luís Pereira da Silva e Inês Nogueira Marques – compropriedade**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, na Quinta da Ponte ou Ribeiro do Braçal, Telhado, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, deferir o pedido de constituição de compropriedade. Dar conhecimento aos requerentes nos termos legais do CPA, da decisão tomada. (Henrique Luís Pereira da Silva e Inês Nogueira Marques – compropriedade)

### **Ananda Marga Pracaraka Samgha – construção de esplanada em espaço público**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à construção de esplanada em espaço público, na Rua Conselheiro José Alves Monteiro, n.º 28, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento da operação urbanística: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º 4 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 5.”



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Ananda Marga Pracaraka Samgha – construção de esplanada em espaço público)

### **Maria das Dores de Melo Trigueiros Ferreira Pinto e Silva – ocupação da via pública**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à ocupação da via pública com andaimes (isenção e dispensa de licença ou autorização), na Rua do Calvário, Aldeia Nova do Cabo.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido: nas condições e características apontadas na info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria das Dores de Melo Trigueiros Ferreira Pinto e Silva – ocupação da via pública)

### **J3LP – Fabrico de Produtos Metálicos, Lda. – redução do valor das taxas e tarifas/preços**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução de taxas e tarifas/preços previstos no âmbito do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão, na Zona Industrial do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido, de acordo com a proposta do n.º 5 da informação prestada (Redução de 75%); 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do n.º 4.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (J3LP – Fabrico de Produtos Metálicos, Lda. – redução do valor das taxas e tarifas/preços)

### **ICR – Imobiliária Cunha Ribeiro, S.A. – ampliação de edificação destinada a estabelecimento hoteleiro – Hotel \*\*\*\***

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de edificação destinada a estabelecimento hoteleiro – Hotel \*\*\*\*, na Rua Dr. João Pinto, Fundão.



31/10/2019

## **MUNICÍPIO DO FUNDÃO**

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 7 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA dessa decisão ao req. e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (ICR – Imobiliária Cunha Ribeiro, S.A. – ampliação de edificação destinada a estabelecimento hoteleiro – Hotel \*\*\*\*)

### **Adília Leal Torres Chasqueira – legalização de alteração e ampliação de unidade destinada a atividade agropecuária - Ovil**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de alteração e ampliação de unidade destinada a atividade agropecuária - Ovil, sita na Quinta da Alagoa, Catrão, Vale de Prazeres.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6 da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA -, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, deferir o projeto de arquitetura. Dar conhecimento, nos termos legais do CPA, desta decisão à requerente. (Adília Leal Torres Chasqueira – legalização de alteração e ampliação de unidade destinada a atividade agropecuária - Ovil)

### **Patrícia June Mason – compropriedade**

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, na Tapadinha, Soalheira, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, deferir o pedido conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada. (Patrícia June Mason – compropriedade)



31/10/2019

## MUNICÍPIO DO FUNDÃO

### 5- INFORMAÇÕES

#### Balancete do dia 25 de outubro de 2019

Total de Disponibilidades -----2.784.853,17€

Total de Movimentos de Tesouraria -----2.895.063,53€

Operações Orçamentais -----2.457.177,03€

A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 25 de outubro de 2019.

E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente deu como encerrada a reunião. Para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente 

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças 